

O fim das teorias

ESTADO DE SÃO PAULO

15 MAR 1990

AIRTON GUIBERTI

O atual cenário da economia brasileira é peculiarmente dualista e paradoxal. De um lado, temos as finanças públicas deterioradas, as contas externas inadimplentes, 70% da população na miséria e inflação crescente superando, mês a mês, seus próprios recordes. Do outro, crescimento econômico e baixas taxas de desemprego.

Após um giro pelo primeiro mundo, marcado por brilho em todos os sentidos, o presidente Fernando Collor confirma competência na escolha de seus auxiliares e parte para seu primeiro grande desafio no frot interno: engajar o preguiçoso e negociista Congresso Nacional num projeto de rápidas e profundas reformas que possibilitem o crescimento econômico sustentado e o inadiável desenvolvimento social.

Acredito nas intenções e discernimento do novo presidente, suficientes para impedirem sua sedução por programas recheados de teorias econômicas ou ideológicas, que não servem para absolutamente nada no mundo atual, onde certo é o que dá certo.

No terreno do crescimento, dentre outras ações, precisará redefinir as atribuições do Estado; desregularizar e liberalizar a economia; propiciar condições para o desenvolvimento tecnológico; acabar com o cartorialismo, patrimonialismo e sonegação; liquidar a política tarifária demagógica; rever as políticas de subsídios e conduzir para a economia formal o vastíssimo contingente abrigado nas sombras da clandestinidade. São desafios grandiosos, que, concretizados, desagradarão a grupos poderosos hoje privilegiados.

Como presidente da Associação dos Engenheiros da terceira empresa do ranking estatal do País, a Eletropaulo, e em plena vigência da democracia, é meu de-

ver externar opinião sobre privatização de empresas estatais, tema constante do capítulo sobre a redefinição das atribuições do Estado.

Cabe ao Estado, além de propiciar o desenvolvimento social, investir nos setores propulsores de desenvolvimento econômico, sempre e quando a iniciativa privada não se encontrar preparada para tal tarefa.

Ora, à medida que o processo econômico evolui, a presença do Estado pode se tornar desnecessária, ou pode ser suplementada pela iniciativa privada, se o modelo estatal estiver dando certo. Esse é o caso do setor elétrico em São Paulo, no qual várias empresas particulares vêm complementando a ação do Estado.

Se o Estado

cumpriu, até hoje, com relativo sucesso o incentivo à economia nacional, de outra parte cometeu um grande des-serviço à Nação: acostumou muito mal os capitalistas tupiniquins.

A iniciativa privada brasileira sempre foi socorrida e amamentada pelo Estado. Nosso capitalismo é outro.

Os discursos do novo presidente vêm deixando muita gente preocupada: capitalismo com risco, eficiência, competitividade, fim de reserva de mercados não soam bem aos ouvidos deste capitalismo.

Observamos, antes da posse do presidente, uma verdadeira avalanche de lobies de todos os gostos e tipos. De um lado, defende-se a idéia de que a privatização de estatais, a demissão de funcionários e uma reforma fiscal resolvem todo o problema brasileiro. De outro, manifestações de puro corporativismo. Estão é tentando

desviar o foco da verdadeira questão.

Dependendo da forma e do que for privatizado, daqui a alguns anos tudo poderá voltar para o Estado, só que devidamente sucateado.

A problemática brasileira é bem mais ampla e complicada. Reformar o Estado, torná-lo eficiente e produtivo no cumprimento de serviços essencialmente públicos, tirando-o de setores em que sua presença é dispensável — insisto —, é só uma parte do problema e tarefa até simples, dentro do nosso contexto.

Nossa tarefa, neste momento impar do mundo e do Brasil, é modernizar o Estado. O importante é implementar ações para que as empresas que continuarem sendo estatais se tornem eficientes e passem a colaborar na solução do crônico, porém não letal problema do déficit público. Para tanto propomos:

1. Abertura do capital destas estatais, mantendo seu controle acionário com o Estado e dando prioridade à venda de ações aos funcionários das próprias empresas. Dessa forma, seus funcionários teriam compromissos com resultados. Insisto: não estou excluindo a participação acionária universal.

2. Tornar sua gestão democrática e transparente, compondo seus conselhos de administração de forma tripartite — representação do governo, dos funcionários e da sociedade. Garantiríamos, assim, continuidade administrativa e programas de ação.

3. Estabelecer contratos de gestão com suas direções, determinando claramente, as metas da gestão, seus objetivos e resultados.

4. Adotar mecanismo de profissionalização dos seus quadros básicos, de forma a vedar o empreguismo.

5. Adotar política de incentivo ao desenvolvimento tecnológico, não só no campo da pesquisa, mas também no treinamento e desenvolvimento técnico e gerencial.

Tem sido comum criticar as estatais e o corporativismo de seus empregados. Acusam-nos de termos bons salários e outras conquistas que outras categorias não alcançaram. A verdade é que o modelo empregatício e a estabilidade de nossos empregos nos propiciaram uma boa organização sindical, coisa típica do verdadeiro regime capitalista. Pena que outras categorias ainda não tenham atingido esse estágio.

□ Airton Ghiberti é presidente da Associação dos Engenheiros da Eletropaulo.

